

**GEOGRAFIA SOCIAL E UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO.
REFLEXÕES TEÓRICAS E EXEMPLOS DA
BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI (MATO GROSSO)**

Monika Röper*

Resumo

O presente artigo procura inserir uma abordagem geográfica na rediscussão das unidades de conservação em curso há alguns anos no Brasil. Sob ponto de vista geográfico, podemos entender as unidades de conservação como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão do seu controle político. O exemplo das unidades de conservação da Bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso) mostra que a percepção e a avaliação do conceito de "natureza" por planejadores e atingidos influencia sobremaneira o planejamento e a implantação destas unidades.

* Doutoranda em geografia humana da Universidade de Tübingen/Alemanha e pesquisadora do projeto "Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Rio Paraguai/Mato Grosso". Os trabalhos em que se baseia este artigo foram realizados no âmbito da cooperação entre o Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen, no Programa *Studies on Human Impacts on Forests and Floodplains in the Tropics* (SHIFT), sob o acordo governamental Brasil-Alemanha de cooperação científico-tecnológica.

Abstract

The present article introduces a geographical approach for the discussion of protected areas in Brazil. From a geographical viewpoint, protected areas can be understood as a institutionalization of space and as an expression of its political control. As the example of the protected areas of the Upper River Paraguai Basin shows, the perception and evaluation of "nature" by the people who plan protected areas or are affected by them will directly influence the planning approaches and their realization.

Unidades de conservação como objeto de análise científica

Não obstante a sua popularidade incontestada, as unidades de conservação não são absolutamente um instrumento criado em função da política ambiental contemporânea. Pelo contrário, trata-se de um conceito relativamente "antigo", tanto que inúmeras contribuições à temática costumam iniciar com uma reverência aos "mais de 100 anos de existência dos parques nacionais" (para citar apenas algumas: McNEELY, HARRISON & DINGWALL 1994: 5; BARZETTI 1993: 1; MILLER 1980: 35 e seguintes). No entanto, no decorrer do tempo as funções das unidades de conservação sofreram uma série de redefinições, sendo as de cunho estético gradativamente substituídas por justificativas fundamentadas nas ciências biológicas.

O longo histórico da existência das unidades de conservação faz com que a sua análise científica aconteça no âmbito de um quadro geral caracterizado pelos seguintes elementos (cf. também SCHURIG 1991: 365):

- Constatamos uma forte institucionalização da proteção ambiental, tanto a nível internacional quanto ao nível da grande maioria dos países. Esta se manifesta na existência de organizações supranacionais, como a UICN (*World Conservation Union*) ou ONGs internacionais (*World Wildlife Fund, Conservation*

International, The Nature Conservancy, etc.), assim como de órgãos governamentais e ONGs nos diferentes níveis nacionais e subnacionais.

- Via de regra as estruturas jurídicas e os instrumentos de planejamento já se encontram bastante consolidados ao nível nacional e subnacional.
- O longo período de atuação das organizações supracitadas acarretou um enorme acúmulo de experiência prática no planejamento e no manejo das unidades de conservação.
- A amplitude e a diversidade destas experiências e estruturas desencadeou iniciativas de nivelamento das bases para a discussão sobre as unidades. Uma tal iniciativa constitui a sugestão de padronização internacional das categorias de manejo empreendida pela UICN (cf. IUCN 1994).
- Mesmo assim, a discussão atual apresenta uma grande diversificação regional e temática, que se pauta primordialmente em fatores ecossistêmicos e em particularidades sócio-políticas. Assim, apenas a literatura sobre as unidades de conservação na América Latina já é extremamente volumosa e detalhada¹.

A discussão científica é dominada pelos esforços de fundamentação biológica e ecológica das atividades de implantação e manejo de unidades de conservação. Em consequência, a *conservation biology* chegou a constituir um ramo próprio dentro da biologia (cf. p.ex. DOBSON 1997: 195-204; FONSECA 1991). Comparada a esta tendência, as análises sob a ótica das ciências sociais são mais recentes, sua importância ainda é menor e frequentemente caracterizada pelo (cf. também FORESTA 1991: 1-3):

- envolvimento ideológico e pessoal dos pesquisadores com o movimento ambientalista e a proteção da natureza; e pela

¹ Cf. p.ex. as séries de publicações do escritório regional da FAO *Red Latinoamericana de Cooperación Técnica en Parques Nacionales, otras Areas Protegidas, Fauna, Flora y Fauna Silvestres*.

- dominância da proteção ambiental institucionalizada, o que leva a um grande peso do "poder dos fatos" nestes trabalhos. Assim, em muitas contribuições a análise teórica é "substituída" por listagens de definições e bases jurídicas e por históricos da política ambiental².

No entanto, a necessidade de um envolvimento maior das ciências sociais tem sido reconhecida há vários anos. Isto vale particularmente para o contexto brasileiro e latinoamericano, onde os problemas de implantação das unidades de conservação decorrem principalmente dos conflitos com as populações humanas residentes diretamente nas unidades ou em seu entorno (AMEND & AMEND 1992 a, b). Nota-se também que desde o início da década de 80 as grandes conferências e publicações internacionais sobre unidades de conservação vêm destacando a importância das populações como elemento central da discussão (cf. IUCN 1980; MCNEELY & MILLER 1984; MCKINNON et alii 1986; MCNEELY 1993; BARZETTI 1993; MCNEELY, HARRISON & DINGWALL 1994).

Porém, as análises sociais com bases teóricas consistentes ainda são incipientes. Mas parece-nos que um posicionamento teórico genuíno requer que as bases jurídicas e os procedimentos operacionais existentes não sejam entendidos como indiscutíveis, cabendo às ciências sociais tão somente o "fornecimento" de soluções para o problema com as populações. Muitos dos conflitos existentes têm suas raízes não na implantação e sim na própria concepção dos conceitos e planejamentos, estando diretamente relacionados com as diferentes percepções e avaliações que planejadores e atingidos têm a respeito daquilo que está para ser protegido: a natureza. É baseado neste entendimento que serão traçadas a seguir algumas reflexões teóricas e metodológicas para uma possível abordagem geográfica das unidades de conservação.

² Isto também pode ser constatado nas contribuições geográficas alemãs sobre as unidades de conservação na América Latina, cf. AMEND, S. 1990; AMEND, T. 1990; WEHRHAHN 1994).

Geografia Social e análise de unidades de conservação

As reflexões a seguir baseiam-se numa combinação de alguns elementos da geografia social proposta por B. WERLEN (cf. WERLEN 1995, 1997)³ com as iniciativas de incorporação da ecologia política à geografia, empreendidas p.ex. por BRYANT (1992), BLAIKIE (1995), KRINGS (1996) e GEIST (1992). Uma tal combinação nos parece oportuna pelo fato de WERLEN ter dado pouca atenção à questão ambiental e à realidade dos países em desenvolvimento até o presente momento, enquanto que os autores da ecologia política enfatizam justamente este aspecto. Como resultante, propomos uma abordagem centrada na ação e nos atores sociais e, ao mesmo tempo, fortemente ancorada na pesquisa empírica qualitativa.

O ponto de partida da reflexão é constituído pela exigência de WERLEN de que a geografia social deva voltar-se à análise da "geografia da práxis humana" (WERLEN 1997: 14 e seguintes), da capacidade de todos nós de "produzir geografia" cotidianamente, assim como também produzimos a história através de nossas ações cotidianas. Esta geografia se manifesta pelo que WERLEN denomina de "regionalizações cotidianas" [*alltägliche Regionalisierungen*]. Estas representam "processos de constituição de espaços sociais e políticos e seu significado para a manutenção da realidade sócio-cultural" (WERLEN 1997: 329). A "reconstrução científica" destes processos seria o campo de trabalho de uma geografia social verdadeiramente comprometida com a "relevância empírica e prática" (WERLEN 1997: 15) de seus achados no mundo contemporâneo.

É como expressão de uma tal "regionalização cotidiana", como processo de constituição de um espaço político, que queremos contemplar o planejamento e a implantação de unidades de

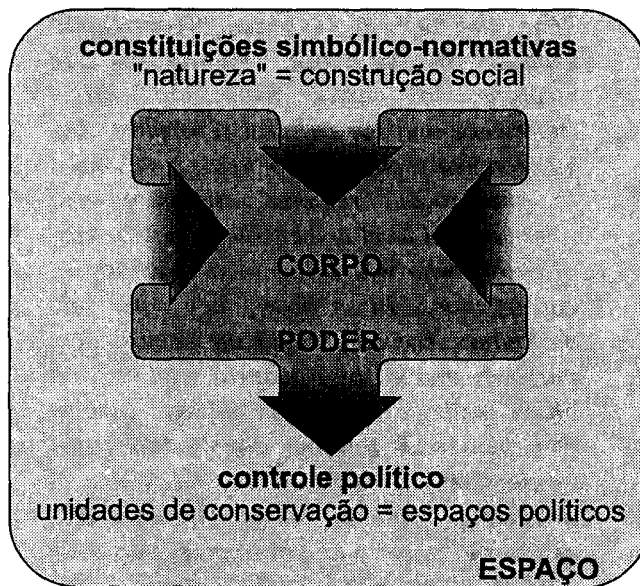
³ WERLEN propõe todo um redesenho da geografia social baseado nas teorias da ação e na teoria da estruturação de GIDDENS. Para uma primeira recepção do autor na geografia brasileira cf. SANTOS 1996: 67-71.

conservação. A institucionalização do espaço a ser protegido enquanto unidade de conservação seria o resultado final deste processo. No entanto, este não deve ser entendido apenas como resultado de ponderações de ordem técnica e científica dentro de um quadro legal pré-fixado, e sim como complexo cenário de encontro de variados interesses, muitas vezes conflitantes, que partem de uma série de atores direta e indiretamente envolvidos e atingidos.

WERLEN ainda diferencia três tipos de regionalização cotidiana, relacionados respectivamente ao nível de produção e consumo, ao nível normativo-político e ao nível simbólico-informacional (WERLEN 1995: 520-521). Esta diferenciação baseia-se no pressuposto de que o espaço não existe "em si", e sim precisa ser mediado e constituído pelos atores sociais através da consciência subjetiva e em relação a diferentes campos de ação. Sendo a mediação e a constituição do espaço de natureza subjetiva, fica claro que há várias formas de realizá-los na sociedade, formas estas que ainda são expressão de momentos históricos específicos. Daí nasce a necessidade de determinar socialmente "quais ações podem ser desenvolvidas por quais pessoas, aonde e a que momento" (WERLEN 1997: 274). São estas determinações que constituem a regionalização normativo-política. E é exatamente este tipo de definição que também ocorre quando da criação de uma unidade de conservação, de modo que estas podem ser enquadradas como regionalização do tipo normativo-política (cf. figura 1).

A necessidade de determinar socialmente os direitos de acesso e decisão deve-se, segundo WERLEN, à "relação existente entre o corpo, o poder e o espaço" (WERLEN 1997: 330), isto é, ao confronto dos agentes com sua existência física concreta e os seu pressupostos materiais, enquanto "corpos" no "espaço" (cf. figura 1). A inclusão da dimensão de "poder" neste confronto e na pesquisa geográfica (WERLEN 1997: 333) representa o aspecto mais interessante e inovador desta abordagem, uma vez que dela emana a necessidade da ação do Estado como instância moderadora e reguladora. E é neste ponto que podemos traçar paralelos com as abordagens da ecologia política, que chama a atenção para a análise de diferentes escalas de ação e grupos de atores, e nesta análise

Unidades de conservação como regionalizações normativo-políticas



baseado em WERLEN 1997

Monika Röper 1998

Figura 1

confere particular destaque aos atores estatais, com seus complexos e muitas vezes contraditórios objetivos (KRINGS 1996: 163, 174; BRYANT 1992: 14, 18).

Outra noção básica da ecologia política que é de fundamental importância para a visão de unidades de conservação aqui desenvolvida é o entendimento da natureza como algo "socialmente construído". Considerando que a noção de "natureza" faz referência a uma série de elementos do espaço físico, este postulado nada mais é do que uma definição mais específica da constituição social do espaço pelos agentes, formulada por WERLEN. E como aquela, esta também culmina na necessidade de determinar socialmente os conceitos e as consequências decorrentes dos seus significados. Estas determinações constituem processos de negociação social, mas onde nem todos os atores têm o mesmo poder de interferência:

"The environment is socially constructed because what we notice, interpret and give meaning to comes from our direct experience and our cultural repertoire. Any environment conceived of and experienced at the local, regional, national and international level is the focus of a wide cast of actors who will bring to it a variety of constructions. In so doing they enter into discourses, not only about the environment narrowly defined by a natural scientist, but about symbolic as well as physical aspects of it that reach into our daily cultural and productive lives - our lives of speaking and practising. Different views circulate and actors will attempt to enrol others into their projects by any means at their disposal. The political playing field has gradients which derive from structures of power at all levels. Such a standpoint, that encompasses both the environment and those who interpret

and modify it, leads to an acknowledgment of multiple views." (BLAIKIE 1995, 212-213)

Aprofundando ainda um pouco mais a análise, pode-se dissecar duas componentes analíticas da regionalização normativo-política (cf. figura 1):

- A constituição do espaço através de normas sócio-culturais (e eu diria que no caso das unidades de conservação também através de significados simbólicos) representa, o campo de ação da **geografia da constituição (simbólico-) normativa do espaço** (cf. WERLEN 1997: 340 e seguintes). É neste componente que analisamos a construção social dos conceitos de "espaço" e "natureza".
- A implementação destas construções seria o objeto de análise da **geografia do controle político**, em que acontece a reconstrução das diferentes regulamentações de acesso e exclusão ao espaço (WERLEN 1997: 358 e seguintes).

Como já foi dito, as unidades de conservação são aqui consideradas como expressão específica do controle político, baseado em determinadas leituras sociais da "natureza". Como tais, a regionalização normativo-política resultante não apenas espelha a interferência ou exclusão de atores com discursos e possibilidades de ação diferenciados, mas também se apresenta como não-uniforme e sujeita a alterações. A capacidade de transformação do conceito de unidade de conservação de acordo com novos momentos políticos e sociais ao longo do tempo é um dos argumentos centrais a ser perseguido nos estudos de caso a seguir.

Do ponto de vista metodológico, a transposição desta abordagem em fatores de análise geográfica implicou em um detalhado levantamento da situação institucional das unidades de conservação na área de pesquisa. Além disso, foram elencados fatores que pudessem retratar as diferentes percepções e possibilidades de interferência dos atores sociais envolvidos e atingidos. Entre estes temos, por exemplo, a percepção social de regulamentações de acesso pré-existentes, a percepção e avaliação mútua dos grupos envolvidos, as diferentes possibilidades de acesso a informações e formas de organização, até mesmo locais de encontro e foros de negociação, e ainda fatores como a posição do

meio ambiente em relação a outras prioridades políticas. A análise destes fatores possibilita a reconstrução das unidades de conservação como forma de regionalização e pode contribuir ao reconhecimento de potenciais de conflito e eventuais soluções.

A discussão recente sobre unidades de conservação no Brasil

Para um melhor enquadramento dos estudos de caso, segue uma rápida revisão da rediscussão da criação e implantação de unidades de conservação em curso há alguns anos no Brasil. O ponto de partida para estas investidas foi o grau de insatisfação que ainda se registra em relação ao funcionamento da maioria destas unidades na prática, apesar do grande crescimento do número de unidades e do refinamento contínuo do arcabouço conceitual e técnico elaborado para seu gerenciamento (cf. RAMOS & CAPOBIANCO 1996). É interessante observar que neste mesmo período têm surgido novos participantes no debate, ampliando tanto a base institucional quanto as abordagens temáticas:

- Ao nível **governamental**, registramos duas novas tendências:
 - Uma intensificação dos esforços dos estados em estruturar-se a nível ambiental, decorrente da tendência à descentralização administrativa. Reflexos desta tendência podem ser encontrados em programas de unidades de conservação estaduais em vários lugares e dentro de vários contextos. São particularmente importantes os programas custeados por recursos internacionais, como o "Programa Nacional do Meio Ambiente" (PNMA), financiado pelo banco alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) e o "Programa para a Preservação das Florestas Tropicais do Brasil" (PP-G7), financiado pelo Banco Mundial.
 - Verificamos também um movimento de reflexão e reestruturação ao nível **federal**, em que as rotinas de planejamento do IBAMA e a própria sistematização das

unidades de conservação vêm sendo revistas (cf. IBAMA 1997, IBAMA & GTZ 1996, CÂMARA DOS DEPUTADOS 1992, RAMOS & CAPOBIANCO 1996).

- Ao nível da **sociedade civil**, observamos que ONGs de longa data comprometidas com a temática (p.ex. FUNATURA, SPVS) estão constantemente aprofundando e ampliando os seus trabalhos, e presenciamos ainda o ingresso de novas entidades na discussão (como p.ex. o Instituto Socioambiental, de Brasília, e uma série de organizações nos diferentes níveis regionais).
- No que se refere ao **debate científico**, é o já mencionado despertar do interesse das ciências sociais pela temática das unidades de conservação que chama a atenção. Desencadeados por um estudo de DIEGUES (1993), em que foram resgatados os fundamentos da noção de preservacionismo até então praticada no Brasil, registramos na seqüência uma série de trabalhos que aos poucos vêm enriquecendo e diversificando esta abordagem (para citar apenas alguns: ADAMS 1996, BRITTO 1995, DIEGUES & NOGARA 1994, VIANNA 1996).

Unidades de conservação existentes e planejadas na Bacia do Alto Rio Paraguai

A área de pesquisa relevante para os estudos de caso a seguir é a Bacia do Alto Rio Paraguai no Estado de Mato Grosso (cf. figura 2). Nela está localizado o Pantanal, uma planície de sedimentação quaternária caracterizada por inundações periódicas. Devido à sua extensão⁴ e ao seu caráter único, o Pantanal deve ser

⁴ A área inundável total, que se estende por parte de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da Bolívia, ultrapassa os 140.000 km². A área de pesquisa do presente estudo abrange a bacia hidrográfica no Estado de Mato Grosso, compreendendo cerca de 180.000 km².

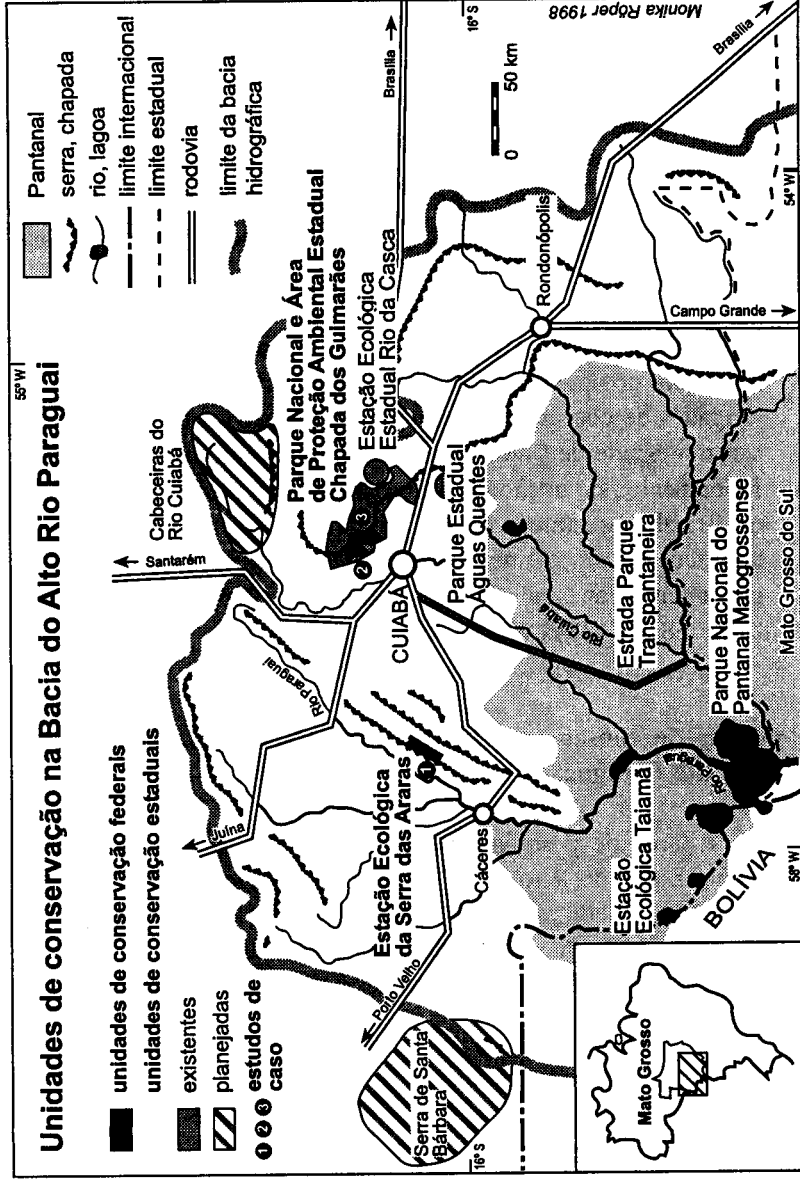


Figura 2

considerado uma área úmida de importância internacional. A parte não-inundável da bacia caracteriza-se pelas depressões dos rios Cuiabá e Paraguai e por planaltos formados por sedimentos paleo e mesozóicos (cf. AGUIAR, COUTO & GUTBERLET 1994).

Tanto o Pantanal quanto a parte não-inundável da Bacia do Alto Paraguai pertencem ao domínio dos cerrados. Apenas recentemente as pesquisas vêm revelando as importantes funções desta formação vegetal enquanto "aquiífero continental" e repositório de uma biodiversidade ultrapassada apenas por pequenas parcelas da floresta amazônica (cf. FUNATURA & IBAMA 1995). As pesquisas recentes evidenciaram que esta formação caracteriza-se por uma alta heterogeneidade devida à influência dos solos, da geomorfologia, da hidrologia e da ação antrópica. No caso do Pantanal, estes fatores ainda são complementados pela dinâmica das inundações. Constatou-se também que parte dos cerrados é rica em espécies características de outros ecossistemas, como a caatinga, o chaco e as florestas tropicais. Isto faz com que determinadas subunidades do cerrado, como por exemplo as florestas de galeria que acompanham rios e córregos e alguns outros trechos mais densamente florestados, cumpram importantes papéis como zonas de tensão ecológica e corredores biológicos. Ademais, a dinâmica das inundações no Pantanal depende fortemente das precipitações e da cobertura vegetal ao longo de toda a extensão dos seus afluentes, de modo que suas nascentes constituem áreas especialmente sensíveis.

As análises referentes à ocupação e aos processos de transformação sócioeconômica recente da bacia constataram um deslocamento das áreas de maior dinâmica de desenvolvimento do Pantanal para as áreas não-inundáveis da bacia nas últimas décadas (cf. NERU 1995, 1996). Isto significa que as iniciativas de implantação de unidades de conservação têm se concentrado mais nas partes altas da bacia, tidas como mais ameaçadas. No entanto, as unidades de conservação existentes na região não estão diretamente relacionadas aos fatores físicos acima mencionados. Sua criação, sua infra-estrutura geralmente precária e sua administração deve-se muito mais ao acaso e a longos períodos de

negligência por parte de seus gestores. Para a presente análise foi contemplado um total de cinco estudos de caso, selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- contextos físicos e sócioeconômicos variados (áreas pantaneiras e de cerrado, áreas isoladas/próximas a aglomerados urbanos, etc.);
- contextos institucionais diferenciados (diferentes formas de gerenciamento, planejamento e categorias de manejo);
- evolução do planejamento e das práticas de manejo (abordagens antigas e recentes).

Os estudos de caso compreendem diferentes combinações destes critérios. A análise a seguir baseia-se na interpretação de três destes estudos: a Estação Ecológica da Serra das Araras, o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Chapada dos Guimarães (cf. figuras 2 e 3).

Serra das Araras e Chapada dos Guimarães: os conceitos em movimento

Contrastando estudos de caso diferenciados, é possível detectar três fatores que influenciaram as mudanças conceituais em relação às unidades de conservação nos últimos anos (cf. figura 3):

- A **descentralização** da política ambiental se insere num contexto mais amplo de descentralização administrativa, iniciado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Na implantação de unidades de conservação ela se manifesta mais diretamente no próprio gerenciamento das unidades, onde as iniciativas de criação de unidades estaduais passa a predominar sobre as federais. Mas ela também aparece através das crescentes demandas de inclusão de interesses regionais e

Unidades de Conservação na Bacia do Alto Paraguai: Conceitos em movimento

Perfil	Estação Ecológica da Serra das Araras 1982	Parque Nacional Chapada dos Guimarães 1989	APA Estadual de Chapada dos Guimarães 1995
ano de criação	1982	1989	1995
principais funções	proteção integral, pesqueira	proteção paisagística, turismo	compatibilização de conservação e bem-estar social
tratamento da população humana	desapropriação	desapropriação	populações permanecem na área, usos são sujeitos a normalizações etnóbil
gerenciamento	federal	federal	estadual
motivo da criação	proteção da "natureza intocada"	engajamento de ambientalistas	atipificação do Parque Nacional
Problemas			
instrumento de manejo	não há plano de manejo	plano de ação emergencial, plano de pesquisa	macrozoneamento em planejamento
infra-estrutura	falta de pessoal, infra-estrutura precária	falta de pessoal, infra-estrutura mantida por financiamentos intern.	sucesso de implantação associado por arranjos institucionais
processo de implantação	algumas áreas envolvidas com situação jurídica insegura	desapropriação inconcluída, críticas à demarcação, invasões (chácaras)	longo período participativo; conflitos em relação do atendimento da fiscalização ambiental
atores sociais envolvidos e atingidos	produtores locais (capivões sem indenização), fazendeiros	proprietários, ONGs, órgãos estaduais e municipais, visitantes, empresários do setor de turismo	proprietários rurais rurantes, governo, universidade, empresários do setor de turismo, produtores rurantes, ONGs, ambientalistas, indivíduos, órgãos institucionais
processos regionais paralelos	transformação do espaço rural	urbanização, interferência de grupos bem articulados politicamente	transformação do espaço rural em avanço de políticas ambientais gestão com realismo interno



Figura 3

locais nos processos de planejamento e discussão⁵. Em vista das fragilidades institucionais, financeiras e conceituais dos órgãos governamentais, as iniciativas de descentralização ainda devem ser consideradas incipientes, mas elas vêm recebendo um forte apoio de programas para a consolidação das políticas ambientais estaduais, financiados por recursos internacionais. Assim por exemplo, a criação e implantação da APA Estadual de Chapada dos Guimarães também se dá nos moldes de um programa deste tipo.

A necessidade da participação da sociedade civil e dos atingidos pela criação de unidades de conservação passou a configurar um lugar comum nas abordagens sobre a temática. Nos estudos de caso ela manifesta-se, por exemplo, no engajamento do movimento ambientalista pela criação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, mas também no reconhecimento das dificuldades de implantar um modelo de proteção integral com métodos autoritários. Ficou claro que estes métodos só puderam ser aplicados com eficácia quando se tratava de grupos social e politicamente marginalizados, como foi o caso dos pequenos produtores tradicionais expulsos por ocasião da criação da Estação Ecológica da Serra das Araras. No Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, onde grupos politicamente bem articulados passaram a influenciar as ações do órgão ambiental, o resultado foi um parque que compreende apenas um terço da área inicialmente prevista e uma situação fundiária caótica, caracterizada pela não conclusão da desapropriação dentro do prazo legal previsto e por várias áreas de invasão. Inserida num quadro geral em que os atores atingidos gradativamente se conscientizam das suas possibilidades de reação e influência, a participação passa a ser o grande desafio das iniciativas de planejamento. Isto ficou particularmente claro nas recentes iniciativas de inclusão sistemática do planejamento

⁵ Cf. os atores sociais envolvidos na implantação do Parque Nacional e da APA de Chapada dos Guimarães em comparação à Estação Ecológica da Serra das Araras

participativo na implantação da APA Estadual de Chapada dos Guimarães. No entanto, a esperança de contornar os erros e problemas observados na implantação do Parque Nacional através da inclusão de alguns grupos de atingidos no planejamento e de evitar o dilema da desapropriação através da adoção de uma categoria de manejo aparentemente mais "fácil"⁶ foi frustrada pelo surgimento de conflitos novos e com características até então desconhecidas.

- Finalmente deve ser mencionada a necessidade de integrar as unidades de conservação num quadro mais amplo de desenvolvimento sócioeconômico regional. Isto é imprescindível para detectar todos os atores sociais envolvidos. A atenção aos **processos sócioeconômicos e políticos paralelos** também permite reconhecer sinergias e evitar inconsistências e conflitos. Assim, por exemplo, vários dos conflitos observados no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães se explicam pela grande proximidade de Cuiabá, uma metrópole regional de crescimento explosivo, e da conseqüente importância do parque como área de lazer da população urbana. Em vista da crescente complexidade do quadro sócioeconômico e político, parece-nos que este aspecto ainda não foi devidamente integrado nas iniciativas de planejamento de unidades de conservação.

Estes fatores gerais influenciam, juntamente com as características individuais de cada estudo de caso, o processo de regionalização normativo-política. Este processo pode fazer com que conceitos técnico-científicos como a proteção integral provoquem conflitos, entrem em crise ou sofram adaptações ao serem postos em prática. Mas ele também pode contribuir à elaboração de novos conceitos e modos de regionalização, tal como pode ser visto nas tentativas de integrar o uso e a conservação de recursos na APA de Chapada dos Guimarães.

⁶ A categoria "Área de Proteção Ambiental" não prevê a desapropriação, e sim a compatibilização da conservação ambiental e do bem-estar da população residente na região (cf. BRUCK et alii 1994: 39).

A detalhada reconstrução geográfica do processo de regionalização decorre do entendimento do planejamento e da implantação de unidades de conservação como complexo processo de regionalização normativo-política. Ela evidencia que os critérios técnico-científicos de escolha, implantação e manejo de áreas para a coconservação constituem apenas um dos passos da regionalização. E ainda um passo que se guia pelas constituições simbólico-normativas de apenas um dos grupos envolvidos, o dos planejadores. E mesmo os representantes deste grupo e suas instituições muitas vezes não possuem um entendimento uniforme dos seus procedimentos, que ainda são comprometidos por problemas financeiros e políticos. Além deste, constata-se a existência de uma série de outros grupos e atores que participam direta ou indiretamente ou são atingidos. Suas ações, seus padrões de uso dos recursos e suas percepções do que deve ser protegido são por sua vez moldados pelas suas respectivas constituições simbólico-normativas do espaço e da "natureza". Suas reações e possibilidades de intervenção dependem do seu respectivo grau de organização, das suas possibilidades de acesso a informações, mas também da percepção de regulamentações de uso pré-existentes e de sua experiência com outros tipos de ação estatal. Desta forma, obtém-se uma imagem da regionalização como complexo processo de negociação social. Sua análise poderá contribuir para detectar conflitos e para elaborar possíveis soluções. O que se torna claro a partir da análise das experiências brasileiras bem sucedidas, é que estas soluções não constituem modelos estandardizados. O sucesso das iniciativas depende de uma intensa reconstrução das particularidades ecológicas, sócioeconômicas e políticas de cada caso, assim como de suas múltiplas interrelações. É para esta reconstrução que a análise geográfica das unidades de conservação pode contribuir.

Referências bibliográficas

- ADAMS, C.** (1996): Caiçaras na Mata Atlântica. Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental.- São Paulo (USP) (tese de mestrado)
- AGUIAR, M.V.A.; COUTO, E.G. & GUTBERLET, J.** (1994): O espaço físico da Bacia do Alto Rio Paraguai. Diagnóstico do Projeto Estrutura Sócio-Econômica e Dinâmica dos Impactos Ambientais na Bacia do Alto Rio Paraguai, 2.- Cuiabá / Tübingen
- AMEND, S.** (1990): Der Nationalpark "El Ávila". Bedeutungswandel und Managementprobleme einer hauptstadtnahen Region in Venezuela. Mainzer Geographische Schriften, 33.- Mainz
- AMEND, T.** (1990): Marine und litorale Nationalparks in Venezuela. Anspruch, Wirklichkeit und Zukunftsperspektiven. Mainzer Geographische Schriften, 32.- Mainz
- AMEND, S. & AMEND, T.** (orgs.) (1992a): ¿Espacios sin habitantes? Parques nacionales en América del Sur.- Caracas/Gland (IUCN)
- AMEND, S. & AMEND, T.** (orgs.) (1992b): La ocupación humana en los parques nacionales de América del Sur. Un problema fundamental.- In: Parques (Gland) 3(1), pp. 5-10
- BARZETTI, V.** (org.) (1993): Parks and progress. Protected areas and economic development in Latin America and the Caribbean.- Washington D.C. (IUCN/IADB)
- BLAIKIE, P.M.** (1995): Changing environments or changing views? A political ecology for developing countries.- Geography (Sheffield) 80(3), pp. 203-214
- BRITTO, M.C.W. de** (1995): Unidades de conservação. Intenções e resultados.- São Paulo (USP) (tese de mestrado)
- BRUCK, E.C. et alii** (1994): Unidades de conservação no Brasil. Cadastramento e vegetação 1991-1994. Relatório síntese.- Brasília (IBAMA)

- BRYANT, R.L.** (1992): Political ecology. An emerging research agenda in Third-World countries.- *Political Geography* 11(1), pp. 12-36
- CÂMARA DOS DEPUTADOS** (1992): Projeto de lei nº 2.892 de 1992 (do poder executivo). Mensagem nº 176/92. Dispõe sobre os objetivos nacionais de conservação da natureza, cria o sistema nacional de unidades de conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências.- Brasília (não publicado)
- DIEGUES, A.C.S.** (1993): O mito moderno da natureza intocada.- São Paulo (NUPAUB-USP)
- DIEGUES, A.C.S. & NOGARA, P.J.** (1994): O nosso lugar virou parque. Estudo sócio-ambiental do saco de Mamanguá, Parati/Rio de Janeiro.- São Paulo (NUPAUB-USP)
- DOBSON, A.P.** (1997): Biologische Vielfalt und Naturschutz. Der riskierte Reichtum.- Heidelberg
- FONSECA, G.A.B.** (1991): Biologia da conservação no Brasil: Teoria, prática e aplicabilidade. Documento nº 4 do Seminário Técnico Estratégia de Conservação da Biodiversidade.- Brasília (FUNATURA) (mimeo)
- FORESTA, R.A.** (1991): Amazon conservation in the age of development. The limits of providence.- Gainesville (Center for Latin American Studies)
- FUNATURA [Fundação Pró-Natureza] & IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]** (1995): Alternativas de desenvolvimento dos cerrados. Manejo e conservação dos recursos naturais renováveis.- Brasília (FUNATURA/IBAMA)
- GEIST, H.** (1992): Die orthodoxe und die politisch-ökologische Sichtweise der Umweltdegradierung.- *Die Erde* 123/92, pp. 283-295
- IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] / DIREC [Diretoria de Ecossistemas]** (1997): Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil.- Brasília (IBAMA-GTZ / Projeto Unidades de Conservação)

- IBAMA** [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] & **GTZ** [Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit] (1996): Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto. Versão 3.0.- Brasília (IBAMA-GTZ/Projeto Unidades de Conservação)
- IUCN** [International Union for the Conservation of Nature] (1980): World Conservation Strategy.- Gland (IUCN)
- IUCN** [International Union for the Conservation of Nature] / **CNPPA** [Commission on National Parks and Protected Areas] (1994): Guidelines for protected area management categories / Lignes directrices pour les catégories de gestion des aires protégées/Directrices para las categorías de manejo de áreas protegidas.- Gland (IUCN)
- KRINGS, Th.** (1996): Politische Ökologie der Tropenwaldzerstörung in Laos.- Petermanns Geographische Mitteilungen 140(3), pp. 161-175
- McKINNON, J.; McKINNON, G.; CHILD, G. & THORSELL, J.** (orgs.) (1986): Managing protected areas in the tropics. Based on the Workshop on Managing Protected Areas in the Tropics, World Congress on National Parks, Bali, Indonesia, October 1982.- Gland (IUCN)
- McNEELY, J.A.** (org.) (1993): Parks for life. Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas.- Gland (IUCN)
- McNEELY, J.A.; HARRISON, J. & DINGWALL, P.** (orgs.) (1994): Protecting nature. Regional reviews of protected areas. IVth World Congress on National Parks and Protected Areas.- Gland (IUCN)
- McNEELY, J.A. & MILLER, K.R.** (orgs.) (1984): National Parks, conservation and development. The role of protected areas in sustaining society: Proceedings of the World Congress on National Parks, Bali, Indonesia, 11-22 oct. 1982.- Washington D.C. (IUCN)

- MILLER, K.R.** (1980): Planificación de parques nacionales para el ecodesarrollo en Latinoamérica.- Madrid (Fundación para la Ecología y para la Protección del Medio Ambiente)
- NERU** [Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos] (1994): Ambiente: Uma abordagem sócio-econômica I. Cadernos do NERU, 3.- Cuiabá
- NERU** [Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos] (1996): Ambiente: Uma abordagem sócio-econômica II. Cadernos do NERU, 4.- Cuiabá
- RAMOS, A. & CAPOBIANCO, J.P.** (orgs.) (1996): Unidades de conservação no Brasil. Aspectos legais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Documentos do ISA, 1.- São Paulo (Instituto Socioambiental)
- SANTOS, Milton** (1996): A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.- São Paulo
- SCHURIG, V.** (1991): Politischer Naturschutz: Warum wurde in der DDR (1949-1989) kein Nationalpark gegründet?.- Natur und Landschaft 66(7-8), pp. 363-371
- VIANNA, L.P.** (1996): Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação.- São Paulo (USP) (tese de mestrado)
- WEHRHAHN, R.** (1994): Konflikte zwischen Naturschutz und Entwicklung im Bereich des Atlantischen Regenwaldes im Bundestaat São Paulo, Brasilien. Untersuchungen zur Wahrnehmung von Umweltproblemen und zur Umsetzung von Schutzkonzepten. Kieler Geographische Schriften, 89.- Kiel
- WERLEN, B.** (1995): Landschaft, Raum und Gesellschaft. Entstehungs- und Entwicklungsgeschichte wissenschaftlicher Sozialgeographie.- Geographische Rundschau 47(9), pp. 513-522
- WERLEN, B.** (1997): Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen. Vol. 2: Globalisierung, Region und Regionalisierung. Erdkundliches Wissen, 119.- Stuttgart